

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Camila Santos Pereira

Entre didáticas e resistências: interseccionalidade no ensino de Sociologia

Porto Alegre

2019

Camila Santos Pereira

Entre didáticas e resistências: interseccionalidade no ensino de Sociologia

Trabalho de Conclusão de Curso entregue à Comissão de Graduação em Ciências Sociais como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Uberti

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Pereira, Camila Santos
Entre didáticas e resistências:
interseccionalidade no ensino de Sociologia / Camila
Santos Pereira. -- 2019.
42 f.
Orientador: Luciane Uberti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Interseccionalidade. 2. Ensino de Sociologia. 3.
Didática. 4. Ensino Médio. 5. Resistência. I. Uberti,
Luciane, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Completar este trabalho de pesquisa representa um entrelaçamento de histórias, forças e apoio que me sustentaram durante meus 22 anos de vida.

Agradeço a minha avó e avô maternos que por meio de sua religião e caráter me ensinaram lições valiosas. A minha avó e avô paternos que em suas acolhidas me mostravam outras possibilidades de ser e se relacionar.

À minha mãe, Raquel Cristina Pedroso dos Santos, em especial, pelo trabalho, dedicação e investimento que fez em mim, sem me pressionar a seguir um caminho, mas me possibilitando ter liberdade de escolha, mesmo quando não tinha o entendimento que tenho hoje sobre esse espaço que me foi dado. Por lutar pelos seus e meus direitos e me mostrar que nunca devo desistir deles. Ao meu pai pelas longas noites trabalhadas para proporcionar uma educação e vida de qualidade.

Às minhas amigas e amigos que fazem parte da minha família escolhida, aquela em que os laços que nos unem é o amor, cuidado e admiração. Obrigada, Édna Paula por me acompanhar nas aventuras, nas apresentações, no apreço pela docência, pelos abraços apertados. Obrigada, Bárbara Becker pela sua amizade que apareceu em um momento tão necessário e permanece. Obrigada, Leonardo Régis por ser minha dupla implacável que me faz acreditar que podemos e estamos conquistando nosso espaço em um meio acadêmico eurocentrado, racista e LGBTfóbico. Agradeço à Caroline Sarmiento, Priscila Cruz, Renata Borges, Dirce de Christo, Thainan Piuco colegas cientistas sociais que me inspiram e acompanham nessa trajetória. À Liliana Dantas, Meirielen Souza, Diego Carrilho, Renan Vallejo, Ericson Sanceverino, Kelly Soares, que me apoiaram/am durante essa caminhada.

Agradeço à minha orientadora, Luciane Uberti, pelas reuniões e orientação comprometida e dedicada. Às minhas professoras e professores que transformaram minhas visões sobre a profissão. E às professoras e professor que fizeram parte dessa pesquisa através das entrevistas, e às escolas que me concederam esse espaço.

Ensinar é um ato teatral.

(bell hooks, 2010)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as articulações entre o conceito de interseccionalidade e as práticas pedagógicas no ensino de Sociologia. Através de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários, foi possível analisar como professoras/es de sociologia discutem as relações de gênero, sexualidade, raça e classe social. O ensino de Sociologia é localizado por meio de uma retomada histórica do estabelecimento da disciplina e seus novos desafios. Os estudos das Ciências Sociais acerca dos marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe social também são apresentados. A partir desses elementos, é proposta uma didática da Sociologia que englobe as perspectivas interseccionais em conjunto com os princípios de desnaturalização e estranhamento.

Palavras-chave: interseccionalidade, ensino de sociologia, didática.

ABSTRACT

This work aims to present the articulations between the concept of intersectionality and pedagogical practices in the teaching of Sociology. Through semi-structured interviews and the application of questionnaires, it was possible to analyze how sociology teachers discuss the relations of gender, sexuality, race and social class. The teaching of Sociology is located through a historical resumption of the establishment of the discipline and its new challenges. Social Sciences studies on markers of gender, sexuality, race, and social class are also presented. From these elements, it is proposed a didactics of Sociology that encompasses the intersectional perspectives together with the principles of denaturalization and estrangement.

Key words: Intersectionality, Sociology, didactic.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Inspirações e Aspirações	7
1.2 Metodologia	7
2. SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: UMA RETOMADA HISTÓRICA	8
2.1. Sociologia sob novos tensionamentos	11
3. AS CIÊNCIAS SOCIAIS DENTRO DOS MUROS DA ESCOLA	13
4. DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS, DE GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADE A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	14
4.1. Construindo um diagnóstico do racismo à brasileira	14
4.2. Azul é para meninas e rosa para meninos: o desafio de desnaturalizar as relações de gênero e a lógica heteronormativa	17
4.3. Classe social e os princípios da desigualdade brasileira	19
5. SOCIALOGANDO: AS ENTREVISTAS	20
6. POR UMA DIDÁTICA DA SOCIOLOGIA	24
6.1. Interseccionalidade e a sociologia: uma proposta de mudança de paradigmas	27
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO PARA CONHECER MELHOR A IDENTIDADE DOCENTE	37
APÊNDICE 2 - ENTREVISTA SOBRE A ABORDAGEM DA INTERSECCIONALIDADE EM SOCIOLOGIA	38
APÊNDICE 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	39

1. INTRODUÇÃO

1.1. Inspirações e Aspirações

O trabalho visa analisar as práticas de docentes de sociologia a partir da perspectiva interseccional. A interseccionalidade é um conceito criado no final da década de 80. A proposta dele é proporcionar um olhar crítico para as relações sociais por meio do reconhecimento das desigualdades geradas pelos marcadores de gênero, raça e classe social.

Um questionário e uma entrevista semi-estruturada foram elaborados para identificar como os temas acerca das relações de gênero e sexualidade, raciais e classe são construídos nas aulas de sociologia. Uma das grandes motivações para realizar essa pesquisa, com enfoque nos planejamentos dos docentes, foi a minha formação inicial no Magistério, Curso Normal¹. Nesse espaço, compreendi a importância do aprendizado e da criatividade na escolha das didáticas adotadas em sala de aula. Durante o curso de Ciências Sociais - Licenciatura, nos projetos de extensão em atuei como o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH/NUPSEX) conheci uma nova forma de assumir as identidades sociais que perpassam meu corpo. Como uma mulher negra, parte da comunidade LGBTQ+, a interseccionalidade, teoria que não supõe uma escala de opressões, abarca minhas percepções sobre o ensino de sociologia, educação e as realidades sociais brasileiras.

Um dos principais objetivos deste trabalho é visibilizar as vivências e desafios da docência em meio a um cenário político conservador e retrógrado. Mesmo com as ameaças do poder Executivo, a relevância da sociologia para a Educação Básica não será silenciada.

1.2. Metodologia

Primeiramente, o trabalho se preocupa em estabelecer uma revisão histórica da implementação da disciplina de Sociologia na Educação Básica, sendo hoje os estudos e práticas de sociologia obrigatórios para o Ensino Médio (BRASIL, 1996).

¹ Magistério/Curso Normal: é um curso profissionalizante que habilita para a docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas séries iniciais.

Os novos tensionamentos e ameaças de sua exclusão do currículo também fazem parte dessa retomada. Além da revisão bibliográfica da história da disciplina no Brasil, os estudos promovidos pelas Ciências Sociais sobre os marcadores sociais da diferença, gênero, sexualidade, raça e classe social também são apresentados.

A metodologia empregada para realizar a análise dos dados foi compreendida pela aplicação de um questionário de identificação socioeconômica dos docentes (apêndice 1) e uma entrevista semi-estruturada (apêndice 2). Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, a proposta foi aplicada (apêndice 3). Esses métodos foram utilizados para ampliar a análise do perfil dos professores de sociologia. Além das entrevistas representarem uma parte fundamental para esta pesquisa, elas também oferecem um momento de reflexão da prática docente dos participantes. Como muitas vezes algumas nomenclaturas referentes à identidade de gênero e sexualidade podem causar estranhamento, mesmo para professores de sociologia, já que também são sujeitos inseridos nas lógicas normativas da sociedade, é importante representá-las nos questionários. Identificações como cisgênero, ou seja, pessoas que se identificam com o gênero designado no nascimento estão presentes nas alternativas referentes à identidade de gênero.

2. SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: UMA RETOMADA HISTÓRICA

A trajetória da disciplina de Sociologia nos currículos da Educação Básica e profissional perpassa por caminhos descontínuos, jogos de poder político, muitos congressos e reuniões de profissionais da área que se comprometeram a alcançar a implementação da disciplina, em nível nacional. Em meados de completar dez anos de obrigatoriedade no Ensino Médio, a sociologia volta a ter seu espaço ameaçado nos currículos escolares pelas novas configurações políticas conservadoras do país.

As primeiras discussões acerca da inclusão da sociologia no ensino brasileiro surgiram no século XIX. Na segunda metade do século XIX, temos lutas como a do Abolicionismo e do Republicanismo, além da busca por uma identidade nacional que abranja as desigualdades e diversidade brasileiras. Nessa fase, mais ou menos de 1840 a 1930, observa-se a busca da cientificização das explicações sobre a natureza e sobre a sociedade (SILVA, 2010).

A primeira vez que a sociologia chegou mais perto de ser implementada foi através da Reforma Benjamim Constant (1890), ministro da Guerra, que incluiria a disciplina em todas as modalidades de ensino. No entanto, essa reforma não foi efetivada.

Após quase três décadas de tentativas falhas da inclusão da sociologia, em 1925 ela é determinada como obrigatória no curso secundário através da Reforma Rocha Vaz. Nos anos seguintes, foi implementada nos cursos normais. Os cursos normais são escolas com o objetivo de formar professoras/es. Também aumentaram as produções sobre as metodologias da disciplina, a partir de professores autodidatas com formação em direito, psicologia entre outros cursos - que assumem a disciplina e começam a produzir os primeiros manuais sobre a didática da sociologia. Em 1942, com a Reforma Capanema, a sua obrigatoriedade é retirada do Ensino Secundário.

Mesmo com a sua retirada, até 1964 os espaços de pesquisa e ensino nas universidades e centros de investigação criados e patrocinados pelos governos estaduais, federal e por agências internacionais continuaram sendo ampliados (SILVA, 2010). O período da ditadura militar trouxe diversas mudanças no campo educacional, uma das mais notórias foi a criação das disciplinas de Educação Moral e Cívica - EMC e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) que tinham como objetivo fortalecer a imagem do governo ditatorial e censurar o pensamento crítico. Com isso, em 1971 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, voltada para a profissionalização - Filosofia e Sociologia são substituídas pelas novas disciplinas nos currículos do ensino normal (PEREIRA, 2013).

A partir de 1982, a sociologia volta a ter um espaço nos currículos. A lei 7.044 a torna optativa para cursos do Ensino Médio. Depois, no período de redemocratização, ela é discutida em alguns estados e consegue seu lugar na grade curricular de alguns como, por exemplo, do Rio de Janeiro, que implementa a disciplina em 1991. Em 2001, temos um outro acontecimento importante para a história da disciplina no país: é vetado pelo Presidente da República e sociólogo Fernando Henrique Cardoso a obrigatoriedade da Sociologia, projeto de lei do deputado Padre Roque. Isso causou uma comoção negativa entre as organizações de sociólogos. Os argumentos do então presidente focaram na falta de docentes

formados para ministrar as aulas de sociologia e nas grandes despesas públicas com contratação e concursos públicos. Esses argumentos foram veementemente repudiados pelos sociólogos (PEREIRA, 2013).

Mesmo com essa derrota no começo do século, as organizações de sociólogos/as continuaram a debater e defender o retorno da obrigatoriedade da sociologia na Educação Básica. Em 1999, foram publicados os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM's). Nesse documento publicado pelo Ministério da Educação, são indicadas as competências e habilidades para Sociologia, Antropologia e Ciência Política. A partir dessa publicação, é formada uma equipe de revisão dos PCNEM's. Em 2005, Amaury Moraes publica um parecer que questiona a forma que a disciplina de sociologia é aplicada no país. Com o histórico da disciplina sofrendo de diversos intervalos na sua implementação, é significativo o reflexo desses efeitos na desvalorização das licenciaturas em Ciências Sociais. Os temas de pesquisa, financiamentos sofrem com esse impacto. A partir das reivindicações relativas à valorização da sociologia, em 2006 o Conselho Nacional de Educação (CNE) torna a sociologia obrigatória em no mínimo um dos três anos do Ensino Médio. Após esse decreto, diversos estados começaram ou continuaram a implementação da matéria. Porém, houve algumas ressalvas em relação aos escritos. Por isso, em 2008 com a pressão principalmente do Sindicato dos Sociólogos de São Paulo – Sinsesp, é aprovada a lei da obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia nos três anos do Ensino Médio (SILVA, 2010). No ano seguinte, o CNE regulamenta a forma de implementação.

A trajetória descontínua da sociologia no ensino básico brasileiro causa algumas defasagens, mesmo com um histórico crescente de ampliação de pesquisas na graduação e pós-graduação acerca da produção científica da área. No entanto, estudos sobre as metodologias e didáticas ainda sofrem diretamente:

(...) há descontinuidade na produção pedagógica e na produção científica em torno dos fenômenos do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, causando maiores dificuldades de compreensão desses processos e nas definições de conteúdos e métodos adequados às práticas de ensino dessas ciências, especialmente da Sociologia. (SILVA, 2010, p.24)

Atualmente, com o governo eleito em 2018, um novo desafio é colocado. Além de pensar e repensar sobre as especificidades da aprendizagem de sociologia, refletir sobre esses desdobramentos em um contexto de desaprovação e censuras públicas pelos atuais órgãos que regulam a educação também se torna uma tarefa. É necessário pensar sociologia a partir de uma nova escola que se apresenta, uma instituição possível de ser vigiada, na qual cada vez mais se estimula uma mentalidade de vigilância dos discentes para com professores.

2.1. Sociologia sob novos tensionamentos

Na história da disciplina no Brasil nunca houve ataques públicos e por autoridades políticas de forma tão incisiva. Em um novo ambiente político extremamente conservador, não é novidade na história de países que passaram e passam por esses governos que as disciplinas escolares que propõe discutir e analisar a realidade social são os primeiros alvos de censura. Com isso, a sociologia dificilmente passaria sem desaprovações. Também chama atenção que os argumentos que deslegitimam a sua obrigatoriedade no currículo são construídos com base científica minimamente duvidosa. O viés avaliativo é o da utilidade no mercado de trabalho. Por não servir para esse sistema mercadológico, a sociologia estaria ocupando o espaço de disciplinas como a matemática.

Uma representação desse acontecimento foi o estudo publicado em 2018 - "Efeitos da Inserção das Disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio sobre o Desempenho Escolar". Publicado com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, afirma que a inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia prejudicaram o desempenho dos alunos em outras disciplinas e, principalmente, na de Matemática. A notícia publicada na Folha de São Paulo tem como título o seguinte: "Filosofia e sociologia obrigatórias derrubam notas em matemática". Essa chamada causou comoção tanto na mídia quanto nos espaços acadêmicos. A partir dessas discussões é possível desenhar o espaço de disputa que a Sociologia se encontrará nos próximos anos. O estudo foi realizado com análise nas notas do ENEM durante os anos da obrigatoriedade e antes da obrigatoriedade, das distintas situações econômicas das localidades das escola e também das regiões do Brasil. No entanto, nenhum outro elemento relacionado com a aprendizagem é feito. Os

investimentos em programas governamentais, melhorias em relação ao salário de professores não são mencionados como variáveis para o estudo. É possível perceber a dicotomia que é construída entre ciências humanas e exatas, principalmente quando se fala no mercado trabalho. Nessa pesquisa, fica explícita a preocupação com a influência que isso pode trazer na produtividade.

No plano do Governo Federal também é possível perceber a tendência da valorização das ciências exatas em detrimento das ciências humanas. Com o foco principal sendo o empreendedorismo:

As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos, negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro. (PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO, 2018)

A partir da grade curricular atual é possível constatar que a Sociologia se constitui como uma das disciplinas mais vulneráveis e sujeita a cortes, principalmente por sua história recente e descontinuidades nos currículos escolares brasileiros. Atualmente, os currículos do Ensino Médio são divididos em quatro grandes áreas do conhecimento: linguagens (língua portuguesa, língua estrangeira moderna, arte, educação física), matemática, ciências da natureza (biologia, física e química), ciências humanas (história, geografia, filosofia e sociologia).

Cada vez mais, as escolas enfrentam dificuldades de produzir e sustentar novos significados para o saber na era digital. As instituições se amparam nas provas de vestibulares para incluir, de alguma forma, a relevância dos conteúdos, com isso acaba por cristalizar as disciplinas das humanidades:

A urgência de trabalhar conteúdos programáticos demandados nos exames vestibulares tem levado as escolas a deixarem em segundo plano temas que visam à compreensão e à inserção na realidade local, nacional e global. Tende a prevalecer uma visão de cultura inútil e pragmática, o que é um risco para a Filosofia e as ciências humanas. (BRIDI, 2010, p.51)

No entanto, principalmente em instituições com estudantes de classes populares, trabalhar com o foco no vestibular é mais esvaziado. Quando são utilizadas as questões do ENEM e de outras provas, não são dialogadas as possibilidades e as dificuldades que essas pessoas poderão ter dentro do ambiente universitário. Diversas vezes são desiludidas por professores acerca de uma aprovação. Assim, mesmo com as provas de vestibular presentes nos planos de aula, não é apresentada de forma comprometida a realidade universitária. Desde modo, estudantes terminam essa etapa da Educação Básica sem realmente conhecer a organização do Ensino Superior no país, por isso torna-se mais difícil almejar esse futuro, entre outras características.

3. AS CIÊNCIAS SOCIAIS DENTRO DOS MUROS DA ESCOLA

A Sociologia nas grades curriculares do Ensino Médio é a representante das Ciências Sociais na educação básica. Sendo assim, carrega princípios compartilhados com a Antropologia e a Ciência Política para as salas de aula. Inclusive, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) delegam, até a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, competências e habilidades para as três áreas.

Como toda ciência, os desafios referentes à superação de paradigmas da ciência clássica também precisaram ser superados, pois visando à racionalidade, à objetividade e à consistência do conhecimento científico, criaram um modelo fechado, absoluto, isolando as partes com a pretensão de melhor conceber o todo (BRIDI, 2010). Atualmente, nos documentos governamentais de referência como os PCN's e as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio (OCNEM) é apresentada uma nova perspectiva de ciência, aquela que valorize as interações e as ligações entre os diversos sistemas sociais.

Nas Ciências Sociais não existem consensos teóricos e metodológicos sobre a docência, no entanto, algumas perguntas são comuns para se pensar o papel do professor:

Os dados, as fontes, os objetos não falam por si; é o professor, o pesquisador, o sujeito do conhecimento que os interrogam “o que”, “o como” e “o porquê” ensinar/pesquisar e selecionam certos conteúdos em detrimento de outros. As concepções do mundo, de sociedade, de ciência norteiam tais escolhas e a consciência sobre essas dimensões pode

contribuir para a autorresponsabilização, pelos saberes e resultados desses saberes. (BRIDI, p. 23, 2010)

As perspectivas didáticas, teóricas e metodológicas adotadas por docentes direcionam o planejamento das aulas. Por isso, é importante salientar que nessas escolhas se fazem presentes a política, as vivências, o lugar de fala desse sujeito ou sujeita do conhecimento. É neste sentido que este estudo tem como objetivo auxiliar na consolidação de uma didática da sociologia a partir da abordagem interseccional. Sendo assim, discutir o lugar de fala, os saberes localizados desses sujeitos são elementos fundamentais para uma abordagem científica atual e relevante.

4. DISCUTINDO AS RELAÇÕES RACIAIS, DE GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADE A PARTIR DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

4.1. Construindo um diagnóstico do racismo à brasileira

As discussões sobre as relações raciais em Ciências Sociais possuem um longo histórico, com papel determinante da Antropologia, principalmente no século XX. O conceito de raça foi introduzido pelas Ciências Naturais. E com movimentos como o Iluminismo, obteve legitimidade para atestar concepções racistas baseadas no determinismo biológico. Próximo da metade do século XX, Franz Boas e Margareth Mead, antropólogos, desconstruíram essas noções no meio acadêmico e reconheceram que raça biológica é inexistente. No entanto, as determinações reproduzidas no meio social com base na discriminação racial solidificam as desigualdades entre cores e fenótipos distintos.

Conceituar raça nunca foi tarefa fácil, pois ela implica uma análise sociológica, histórica, territorial e metodológica. Neste trabalho, a raça é compreendida como uma construção social. Como é tratada pela sociologia atual:

São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências). Existem vários outros tipos de discursos que são também discursos sobre lugares: lugares geográficos de origem — “a minha Bahia, o meu Amazonas, a minha Itália” —, aquele lugar de onde se veio e que permite a nossa identificação com um grupo enorme de

peçoas. Quando falamos de lugares, falamos de etnias. (GUIMARÃES, 2003, p.96)

O aspecto do discurso ressaltado pelo autor é fundamental para conversar sobre esse tema, pois é nele o ponto de partida para qualquer conversa. Esse discurso é localizado, itinerante, instável. Outro conceito importante de diferenciar é o de etnia, isto é, distinto da raça por se tratar de espaços geográficos, compartilhamento de costumes, sotaque, idioma, etc.

O sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães produz um resgate histórico e diferencia conceitos que facilitam a compreensão da utilização dessa categoria no país, e que também auxilia no embasamento para retratar tais discussões. A divisão entre um conceito analítico e nativo é muito representativa:

Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. (GUIMARÃES, 2003, p. 95)

Assim, podemos separar os conceitos produzidos pelo determinismo biológico com viés racista (conceito analítico) dos diálogos atuais, com uma perspectiva antirracista (conceito nativo). Principalmente, para desnaturalizar as referências com a nomenclatura “raça”. É comum que as pessoas pensem nesse conceito como algo classificatório em inferior e superior, a partir daqueles parâmetros racistas com a qual ela surgiu. Na verdade, o que se procura é problematizar essa concepção e a forma com a qual ela está impregnada nos costumes, no Estado, na polícia, na televisão mesmo que não tenha a mesma conotação de sua origem, ela ainda está presente e perpetua desigualdades.

Antes de realizar análises mais complexas é fundamental situar essas relações no Brasil. O racismo no Brasil inicia-se em 1500, quando as populações originárias/indígenas têm seu território invadido. No decorrer no século XVI, através de roubos, apropriação, conflitos, esse território nunca mais foi o mesmo. As populações africanas foram devastadas, posteriormente, com a colonização e o sequestro de sua população e transformação de milhares de povos em escravizados. A partir da segunda metade do século XIX, passou-se a discutir o

investimento em uma política de imigração para purificar o país demasiado negro e indígena. Essa foi a política de branqueamento. A imigração chinesa foi barrada pelas concepções racistas da época, pois seriam de uma etnia impossível de lidar, que apenas iriam prejudicar o desenvolvimento do país com seus costumes. Essas diversas raças passaram por diferentes construções de desumanização. Ainda hoje, observamos a luta dos povos indígenas pela proteção de suas terras, movimentos negros reivindicando por melhores condições de vida e contra a violência policial, grupos de descendentes asiáticos que se posicionam contra os estigmas que ainda perpetuam no país.

Nas produções das Ciências Sociais brasileiras esses fenômenos não passaram despercebidos. Após o investimento da política de branqueamento, surge outra leitura sobre a realidade do Brasil, a democracia racial. Encabeçadas pelo antropólogo Gilberto Freyre, que possui em sua obra mais famosa “Casa-Grande e Senzala”, momentos reflexivos e de nostalgia dos momentos de sua infância, do trabalho de negras e negros que “eram prestados”, das torturas sofridas por mulheres negras causadas por mulheres e homens brancos.

Para combater essas ideias racistas romantizadas, a antropóloga Lélia Gonzalez irá apresentar uma análise das relações interseccionais que a raça e o sexismo produzem no Brasil. A partir dessa premissa, a autora utiliza da expressão neurose cultural brasileira para representar esse ocultamento e saudação trazidos por estudiosos como Gilberto Freyre que insistem em uma tal democracia racial, conceito esse que irá perpassar pela cultura brasileira atual. Uma cultura que ainda nega o racismo e assim nega a si mesma:

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. Na verdade, o texto em questão aponta para além do que pretende analisar. No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo. (GONZALEZ, 1984, p.232)

A partir desse ocultamento, temos um grande elemento que pouco é posto no centro das discussões e que possui influência direta nessa neurose, a branquitude.

Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo (BENTO, 2002). A branquitude, a falta de discussão das posições dos brancos no país são elementos essenciais para a manutenção e crescimento das desigualdades brasileiras.

O genocídio da juventude negra é uma dessas consequências. O Brasil possui um dos maiores índices de homicídio do mundo. Conforme o Atlas da Violência de 2017 aponta, a cada dez pessoas mortas no Brasil, sete são negras (GARCIA, 2018). Os relatórios de violência contra as mulheres também solidificam a necessidade da análise interseccional. O Mapa da Violência de 2015 apresentou dados sobre os homicídios de mulheres no Brasil. Com isso, exibiu uma diferença drástica ao distinguir as estatísticas a partir das identidades raciais. As informações foram coletadas no ano de 2013. Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década (Waiselfisz, 2015). Além da preocupante crescente nos números de feminicídio no país, temos a cor das vítimas como um elemento de distinção:

O número de homicídios de brancas cai de 1.747 vítimas, em 2003, para 1.576, em 2013. Isso representa uma queda de 9,8% no total de homicídios do período. Já os homicídios de negras aumentam 54,2% no mesmo período, passando de 1.864 para 2.875 vítimas. (WAISELFISZ, 2015, p.30)

A partir desses dados que retratam a violência no Brasil, é possível afirmar que o racismo brasileiro mata em larga escala. Por isso, a necessidade de abordar essas questões na educação básica, de acordo com as etapas de ensino. Para isso, está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) no artigo 26, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Com o respaldo da lei, o investimento, o engajamento de educadores precisa elaborar desconstruções particulares acerca do racismo e da branquitude.

4.2. Azul é para meninas e rosa para meninos: o desafio de desnaturalizar as relações de gênero e a lógica heteronormativa

O campo de estudos sobre relações de gênero possui uma marca notável de ampliação nas últimas décadas. Ele está vinculado diretamente com os movimentos feministas. A história do conceito possui relação direta com as ciências humanas.

Desse modo, é possível observar nos parâmetros educacionais e em outras leis esse direcionamento. A sociologia fica muitas vezes encarregada de abordar essas discussões em sala de aula. Mesmo com os exercícios de problematização próprios da disciplina, uma revisão mais aprofundada sobre isso é necessária. Principalmente, pela emergência relativa aos dados de violência e controvérsias de tais debates no país.

O termo gênero surgiu para basear as argumentações das feministas em relação às influências do meio social na construção de ser mulher. Dessa forma, se criou uma dicotomia entre gênero e sexo. O sexo estaria no domínio da biologia, da medicina, pois tratava-se do corpo. Com isso, o gênero seria uma construção social, logo, própria da área das ciências humanas. Contudo, os avanços teóricos problematizam essa separação. Aquilo que seria do controle das ciências naturais e da saúde também começa a ser observado a partir das influências do meio e das relações de poder. Contribuições como a de Donna Haraway, tratando da importância do lugar localizado na ciência, colocam no centro da discussão vertentes científicas que tradicionalmente não refletiam sobre o espaço de privilégios e reprodução de normas sociais que realizam nos seus espaços de produção.

Neste trabalho, o entendimento das relações de gênero e sexualidade partem das relações sociais e de poder. Estudiosa sobre esses temas, Guacira Lopes Louro exemplifica muito bem esses conceitos:

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2010, p.11)

Com base nessa conceituação, o potencial que a sociologia assume para tratar desses temas no ambiente escolar é muito relevante. No entanto, o país se encontra em uma estagnação de políticas públicas e valorização das pesquisas sobre gênero e sexualidade. Essa paralisação é uma das consequências do atual governo. Mesmo com esse esforço de silenciar tais demandas, as pesquisas

apontam para a urgência de mudanças efetivas nas relações escolares referentes ao preconceito e discriminação. A Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais publicou um relatório sobre o ambiente educacional no Brasil. Nessa pesquisa, é apresentado que cerca de 73% das/os jovens já foram agredidas/os verbalmente na escola por causa de sua orientação sexual. E cerca de 56% das/dos estudantes LGBT foram assediadas/os sexualmente na escola (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2016). Esses dados são preocupantes e exibem a urgência das discussões sobre essas temáticas no ambiente escolar.

Os papéis exigidos das performances de feminilidade e masculinidade cobram a heterossexualidade, isto é, a atração exclusiva pelo gênero lido como oposto. A heteronormatividade é acompanhado pela rejeição de toda vivência que não esteja relacionada com ela. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia (LOURO, 2010). A homofobia é compreendida como a expressão de ódio, coerção, discriminação e violência exibida de forma verbal, simbólica e física em relação a sujeitos homossexuais. A escola é uma das instituições que cumpre com o papel disciplinador e regulamentador dos corpos. Com isso, as pessoas que não desempenham as performances normativas das expectativas de gênero e sexualidade acabam sofrendo uma repressão nesse ambiente. As práticas normativas compreendem que meninos usam azul e meninas usam rosa. Declaração feita pela então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, ao receber oficialmente seu cargo (PAINS, 2019). Dentro dessa concepção meninos se relacionam com meninas, apenas, e vice-versa. Com representantes da população com esse pensamento, a luta por visibilidade e respeito às mais diversas formas de expressar gênero e sexualidade continuam firmes.

4.3. Classe social e os princípios da Desigualdade Brasileira

Os estudos de sistemas econômicos e das classes sociais estão presente na fundação da Sociologia como ciência. Os autores classificados como fundadores clássicos, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, todos se dedicaram a analisar

os sistemas de distribuição de renda e as organizações de trabalho em determinados períodos históricos. Suas contribuições teóricas ainda possuem um grande impacto nas publicações atuais.

Como esse tema é intrínseco às análises de cientistas sociais, ele é abordado com profundidade por diversos autores brasileiros para compreender as relações da nossa sociedade. Temos por exemplo a reconhecida “Geração de 30”, composta por estudiosos como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Intelectuais que deixam as suas marcas através da investigação da história e da economia brasileira para compor princípios da identidade nacional. Escritos que hoje revisados denotam o racismo impregnado das classes dominantes e como essas vivências eram reproduzidas nas abordagens científicas. Teóricos como Florestan Fernandes, Paulo Freire, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento apresentam a partir da década de 50 um outro olhar para as desigualdades locais. Esses intelectuais, por meio da intersecção entre diferentes marcadores sociais retratam um país complexo, que não conhece e reconhece sua própria história. Principalmente, iluminam os esforços das classes privilegiadas em manter essas separações entre as classes populares, os mais pobres, e as classes mais abastadas, os mais ricos.

Definir classe social sempre foi uma tarefa polêmica, pois diversos fatores poderiam influenciar nessa definição. Seria o salário a melhor classificação, a renda per capita, seria o meio social que a pessoa frequenta mesmo sem posses econômicas? Neste trabalho, classe social é compreendida como fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais que se passam de pais e filhos por laços de afeto, não apenas do conceito meramente econômico (SOUZA, 2009). Com essa compreensão, as ligações e entrelaçamentos entre marcadores sociais são analisadas.

5. SOCIALOGANDO: AS ENTREVISTAS

O público de interesse para aplicação da pesquisa foram professores e professoras de Sociologia de escolas públicas do município de Alvorada, Rio Grande do Sul. Através de entrevistas e aplicação de um questionário sobre características dos docentes de sociologia as informações foram comparadas e analisadas.

Alvorada é uma cidade que faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre, com cerca de 200 mil habitantes (CIDADES IBGE, 2019). O município é conhecido por seus altos índices de violência. Dados referentes a 2015 colocaram Alvorada na 12ª posição de cidade mais violenta do Brasil (RBS TV, 2017). Por ser moradora e reconhecer os estigmas enfrentados pela cidade, realizar uma pesquisa que retrate outros aspectos é relevante para visibilizar outros espaços e temáticas.

A partir da disponibilidade da pesquisadora e dos participantes, as respostas foram coletadas. Foram entrevistadas duas professoras e um professor de sociologia. Segue uma tabela reduzida das identificações retiradas por meio do questionário desse público:

Docente	Graduação	Idade	Tempo de docência (em anos)	Autodeclaração racial	Identidade de gênero	Sexualidade	Renda per capita
A	Ciências Sociais Licenciatura	49	5	parda	mulher cisgênero	Heterossexual	até R\$ 2994,00
B	Ciências Sociais - Licenciatura	28	2	parda	mulher cisgênero	Heterossexual	até R\$ 2994,00
C	História - Licenciatura	46	19	branco	homem cisgênero	Heterossexual	até R\$ 2994,00

Tabela 1: produzida pela autora

Após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foram feitas a aplicação do questionário e a entrevista. As perguntas giram em torno dos conflitos, atividades e didáticas utilizadas nos planejamentos de ensino.

Ao questionar os docentes sobre a importância de trabalhar com as temáticas de gênero e sexualidade na escola, todos concordaram acerca da sua relevância, professora B:

É muito importante. Tu trabalhar com esses temas, faz com que lá no futuro tu não tenha o preconceito hoje tão enraizado. (...) Há quinze anos atrás, que era a época que eu estava no ensino fundamental dois, tu não tinha esse assunto, era um tabu muito grande. (...) Eu, enquanto mulher heterossexual, não conhecia. E tem o outro lado de quem já se identificava com alguma questão de gênero ficava perdido, ficava na deriva.

Para Professora B, trabalhar com esses temas pode acolher estudantes que anteriormente se sentiam sozinhos e isolados. Para o Professor C, esse seria um dos temas mais emergentes para as aulas de sociologia:

Atualmente, acho que é um dos temas de maior relevância para sociologia. É uma questão emergente, é nossa realidade. De uns tempos pra cá, as pessoas até estão começando a desnaturalizar conceitos. (...) É super importante, não tem como hoje tu dar uma aula de sociologia sem em algum momento não cair nesse tema, questão do respeito à diversidade, enfim. Mudar conceitos não é uma coisa simples, às vezes é preciso da ajuda do professor em sala de aula. Às vezes, a gurizada já traz aquele pré-conceito de casa, então é importante a orientação do professor em sala de aula.

O reconhecimento da importância desses debates em sala de aula, expresso pelos docentes, representa um dos impactos que as políticas de identidade causaram. As reivindicações de movimentos feministas, étnico-raciais que tiveram maior expressão a partir da década de 60, ao redor do mundo, mudaram as percepções das categorias identitárias hegemônicas. Atualmente, essas discussões estão presentes nas novelas, nas propagandas, nas séries, nas músicas, nos produtos de grandes marcas de roupas e principalmente, em relação ao público jovem, nas redes sociais. Com isso, incluir e respeitar a demanda desses assuntos nas aulas de sociologia faz parte de um planejamento comprometido com a atualidade e com as realidades dos estudantes.

O professor C descreveu como trabalhou com as questões de gênero em aula a partir das conexões com as questões culturais:

Eu trouxe uma imagem em que aparecia duas mulheres se cruzando na rua, uma vestida de biquíni e uma de burca, como se fosse o encontro de dois mundos. O retorno deles foi muito bom. Às vezes, a gente pensa que é só aquela mulher que está de burca que faz uma reprodução do meio, mas aquela de biquíni também. Porque existe um modelo que é criado pela sociedade, que a mulher deve se vestir dessa e daquela maneira. Mas eles estão muito bem ligados.[...] Comparados com a minha geração, eles são muito mais livres de preconceitos do que nós éramos.

Desnaturalizar costumes de nossa cultura é um dos objetivos principais da Sociologia. As normas de gênero existem incorporadas a uma determinada cultura e cotidiano naturalizadas.

Quando conversamos sobre possíveis conflitos que discutir sobre esse tema pode gerar, a professora A chama atenção para dicotomia imposta entre escola e sociedade:

O conflito já está instaurado na sociedade. Não é a escola que vai criar conflito. Acho que é ao contrário, nós vivemos em uma sociedade de conflito e como a escola não é ilha, ela sente tudo, responde tudo que está acontecendo. A gente tinha uma ideia antiga que a violência, a pobreza estavam lá e a escola estava aqui e que a gente tinha que fechar a porta e o portão e dar nossa matéria, mas não é. Têm alunos que vem em função da comida, tem alunos com problemas em casa e essas coisas todas se misturam. Não é trabalhar esse assunto que vai gerar conflito, o conflito está instaurado a gente fechar os olhos vai ser pior. Quanto mais a gente discute, quanto mais a gente fala melhor. Tudo vai depender da abordagem.

A importância de tratar das relações raciais nas aulas de sociologia também foi reconhecida. Para a docente B e o docente C, esse tema não geraria tanto conflito quanto tratar de gênero e sexualidade, e um dos grandes motivos para isso seria a utilização de estatísticas pela Sociologia para desconstruir os argumentos de uma democracia racial:

Prof. B: A gente é socializado a fazer a piadinha com o preto bandido, com a mulher ser vagabunda, são coisas que a gente tem que quebrar. Hoje o debate sobre o racismo, sobre a questão de gênero também está muito maior do que era há dez anos, quinze anos atrás. Mas ainda tem muita coisa errada, tu ainda vê muita piadinha, muita risadinha.

Prof. C: Eu costumo perguntar para eles: quantos professores vocês acham que têm aqui na nossa escola? [...] Daí eu digo, nós temos cerca de oitenta professores, vocês sabem quantos são negros? Daí eles começam a contar, chegam um número de cinco, seis [...] Eles começam a partir daí pensar nessas questões. A grande maioria tem consciência disso, um ou outro que não concorda.

As estatísticas referentes às desigualdades provocadas pela discriminação racial são potentes para serem tratadas com um viés sociológico. No entanto, um outro desafio precisa ser enfrentado, trabalhar sobre o racismo visibilizando as formas de resistência e agência das pessoas negras, indígenas e asiáticas no Brasil. A reprodução do lugar de inferioridade, mesmo que para análise, também precisa ser revisto para que não esteja repercutindo um discurso de subalternidade sem reconhecer as ações realizadas em todo país para que essa realidade mude.

Nos exemplos citados sobre a possibilidade de trazer a interseccionalidade para o planejamento de aula, os conteúdos relacionados ao mercado e divisão do trabalho foram citados, conforme citado pelo professor C e pela professora A:

Prof. C: (...) não só com a classe social, mas também com determinados trabalhos desenvolvidos na sociedade. Então inúmeras vezes tu chega dentro da sala de aula para falar sobre questão racial e tu pergunta para os alunos quem foi atendido por um médico negro e ninguém levanta a mão. (...) Acho que é a partir disso, tu vai pegando elementos da realidade e levando para eles e tentar ajudar para que eles próprios tirem as próprias conclusões.

Prof. A: Se estou desenvolvendo o conceito de trabalho, uma categoria que a gente usa. Tu tens que abordar que não é igual a questão salarial, por exemplo. Historicamente o salário da mulher é inferior ao do homem. As posições na sociedade agora a gente tem vivido uma melhora, mas uma melhora muito mais de dar uma resposta ao mercado, porque o mercado quer a mulher agora. Começou com a revolução industrial, por isso que a mão-de-obra foi se integrando. Não no nosso caso que somos mulheres negras, que a gente já convive com isso e isso também é trabalho. O trabalho da mulher negra sempre existiu, ela sempre trabalhou. A mulher branca começou depois a ter uma vida mais pública do que privada. Então quando tu tens um conceito como o trabalho, tu consegues englobar as questões de desigualdade, gênero e étnico racial também [...]. Eu vou por essa linha, porque eu tento atrelar os conceitos que estou trabalhando.

A interseccionalidade surge para exhibir que os marcadores sociais da diferença transitam e evidenciam as explorações interligadas geradas pela lógica branca, colonizadora e hegemônica. Dessa forma, o entendimento expressado pelos professores dessa base fundamental da divisão do trabalho é um dos caminhos para trabalhar com uma sociologia transformadora.

6. POR UMA DIDÁTICA DA SOCIOLOGIA

A sociologia é uma ciência social que surge com ideais democráticos e compreende o desenvolvimento do pensamento crítico a partir de paradigmas científicos. Como foi explicitado anteriormente, possui um histórico instável nos currículos escolares. Porém, a sua relevância pode ser concebida a partir das próprias leis e diretrizes da educação brasileira. Está estabelecido na LDB que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). Os conhecimentos trabalhados pela sociologia devem fortalecer o pensamento crítico, a compreensão das contextualizações sócio-culturais de determinados grupos, processos políticos, entre outros elementos que constituem nossa sociedade. Essas e outras características fazem parte do conceito de cidadania. Cidadania é compreendida como a integração e participação de indivíduos na sociedade, a partir de instrumentos e alternativas que possibilitem o pensamento crítico. A proposta pedagógica da sociologia nas escolas vai ao encontro desses princípios, pois seu objetivo é: a realização da crítica empírica da igualdade institucionalizada, da cidadania universal e da participação no mercado, além de formular uma compreensão teórica de como essa igualdade foi distorcida em verdadeira desigualdade social (BRIDI, 2010).

Ao nomear a didática da sociologia pretende-se localizar os ideais fundamentais da disciplina como uma forma única de esquematizar teorias, metodologias e práticas. A ideia é que essa conceituação sirva de uma forma interdisciplinar dentro e fora de ambientes escolares formais. Como já foi apresentado, a sociologia é uma disciplina que surge comprometida em suas raízes com princípios democráticos, sendo assim, mais um exemplo da fluidez que suas metodologias podem adquirir dentro da educação. É importante ressaltar no cenário político em que nos encontramos, que partir de concepções democráticas não significa engajamento político de esquerda ou direita, mas sim um compromisso com o Estado Democrático estabelecido pela Constituição Federal. Infelizmente, observamos um esvaziamento e ataques nos discursos políticos acerca da responsabilidade e nas didáticas realizadas nas escolas que pretendem torná-la um espaço de diálogos entre as diferentes identidades que a ocupam.

Qual seria a didática da sociologia? Mecanismos próprios das Ciências Sociais, então contribuições diretas da Antropologia e Ciência Política. A partir de dois princípios fundamentais podemos dar base a esse conceito. Eles são a desnaturalização e o estranhamento. O ato de desnaturalizar visa apresentar outras narrativas, a partir de conhecimentos históricos, sociológicos, biológicos de fenômenos tidos como naturais, isto é:

Para desfazer esse entendimento imediato, um papel central que o pensamento sociológico realiza é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. Há uma tendência sempre recorrente de se explicarem as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social, a organização política etc. com argumentos naturalizadores. Primeiro, perde-se de vista a historicidade desses fenômenos, isto é, que nem sempre foram assim; segundo, que certas mudanças ou continuidades históricas decorrem de decisões, e essas, de interesses, ou seja, de razões objetivas e humanas, não sendo fruto de tendências naturais. (MORAES, GUIMARÃES, p.47, 2010)

Já o estranhamento visa achar estranho, ao perceber (alguém ou algo) diferente do que se conhece ou do que seria de se esperar que acontecesse daquela forma (MORAES, GUIMARÃES, 2010).

É possível perceber o desenvolvimento interdisciplinar que o conceito carrega. Para o professor de português trabalhar com diferentes aspectos da língua portuguesa e fazer com que os estudantes identifiquem as particularidades regionais da língua portuguesa brasileira se faz necessário exercitar o estranhamento em relação aos hábitos de cada região. Para que isso seja realizado é necessário que a turma pratique a desnaturalização de seus hábitos e perceba que seu linguajar é um entre muitos no país, e mesmo assim não existe uma hierarquia que qualifique as particularidades. O docente também poderia aprofundar a discussão ao apresentar os preconceitos linguísticos existentes. Principalmente nas grandes metrópoles, o saque da capital e o do interior, o quanto em oportunidades de emprego é necessário se adaptar a uma determinada forma de falar. E o quanto isso é excludente dentro dos próprios hábitos brasileiros, com isso seria realizada a problematização. Esse é um rápido exemplo de como uma didática da sociologia auxilia e está presente em outras disciplinas escolares, cada uma com suas especificidades.

A partir dessas concepções é constituída uma didática da Sociologia. Elas estão presentes na forma que são desenvolvidas as metodologias, as práticas de ensino e recursos didáticos. A partir dessas concepções de didática da sociologia,

será realizada a análise crítica referente a abordagem interseccional que pode ser integralizada a essa didática.

6.1. Interseccionalidade e a sociologia: uma proposta de mudança de paradigmas

A sociologia é uma disciplina que possui em sua base um compromisso democrático. Os parâmetros da disciplina são fundamentados em desnaturalizar e estranhar práticas e relações humanas compreendidas como naturais. Sendo assim, também assume um compromisso com a desigualdade social e na construção do conhecimento crítico sobre elas.

Mesmo com a presente preocupação de problematizar as desigualdades, muitas pesquisas acadêmicas, livros didáticos e planos de ensino ainda sofrem uma defasagem de diversidade nos referenciais utilizados. O compromisso de tratar um conteúdo como o mercado de trabalho, por exemplo, majoritariamente, teóricas e teóricos negros e teorias feministas não são utilizados. Isso acontece pela tradicional separação entre essas abordagens. Desse modo, as diversas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho só será abordada quando o conteúdo da aula for gênero ou feminismo. O mesmo equivale para as abordagens sobre as relações raciais, geralmente, esse assunto será apresentado quando a temática de raça ou racismo forem propostas.

A interseccionalidade propõe um novo tratamento a essas problemáticas. Ela apresenta uma análise em que esses marcadores sociais da diferença não sejam separados e isolados uns dos outros. Além da representatividade de intelectuais muitas vezes negligenciados pelo espaço científico eurocêntrico, branco e patriarcal. A teoria interseccional é fundamentada na compreensão que não existe hierarquias de opressão entre gênero, classe e raça. Portanto, não seria possível optar por uma identificação mais proeminente quando as pessoas são constituídas por diversos marcadores que sinalizam as disparidades introduzidas pelo colonialismo.

Diversas mulheres negras ao longo da história, antes do termo ser criado, já alertavam para os silenciamentos que a divisão e a generalização das identidades causavam. Utilizada por muitas como ponto de partida para compreender a primeira

onda do feminismo², temos a ativista Sojourner Truth. Uma mulher afro-americana, abolicionista, escritora, que na primeira metade do século XIX, também era militante pela causa dos direitos das mulheres. Com a crescente luta pelo sufrágio e posicionamento das mulheres brancas na esfera política, questionou na Convenção de Mulheres em 1851: Não sou eu uma mulher? Por meio do seu discurso questionou o poder hegemônico e os privilégios observados:

Aquele homem diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2017, p.20).

Nesse fragmento, observamos as reivindicações acerca da divisão do trabalho, o tratamento inferiorizado com as mulheres negras e a indagação sobre quais seriam as características fundamentais para ser mulher, para reivindicar uma identidade.

No Brasil, já no século XX, Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira, em seu livro “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” (1960) descreve a realidade de um país a partir das suas próprias vivências. Ela, uma mulher negra, que vivia em uma favela de São Paulo, na década de 50, catadora e mãe de três filhos. Nessa narrativa, nos é apresentado como as desigualdades de classe, gênero, sexualidade e raça estão dispostas nas situações do cotidiano:

Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos extingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os esposos adoecem e elas no penado da enfermidade mantêm o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais. (JESUS, 1960)

² A primeira onda do feminismo pode ser compreendida pelas manifestações a favor do sufrágio feminino.

A partir das descrições do seu dia a dia, verificamos que a interseccionalidade está posta no seu meio social. Sua vivência é tradutora desse conceito. Observamos isso no sentimento de repulsa em viver num lugar precarizado e esquecido por representantes políticos, na posição subalternizada de uma mulher mesmo em uma família vulnerável economicamente, mas que necessita ser subordinada por seu marido para manter os papéis patriarcais de gênero e nas normas heterossexuais que cobram um determinado tipo de relacionamento. Todos esses elementos visibilizam o quanto esses marcadores tratam de uma realidade maior, por isso ao separar essas análises também são perdidos elementos fundamentais para compreender melhor esse espaço e condições sociais. Seus escritos representam as conexões inseparáveis dessas vivências. Esta é a potência da interseccionalidade, desvendar os sistemas de opressão que atingem e se reproduzem com base na desigualdade social capitalista.

No século XX, a autora caribenha-americana, Audre Lorde exemplifica essa realidade ao expressar as discriminações vivenciadas nos coletivos negros enquanto mulher lésbica e nos coletivos lésbicos enquanto mulher negra. Para a intelectual, o racismo deveria ser um problema abordado por ambas comunidades, já que, existem mulheres negras e lésbicas. O mesmo estaria posto para os coletivos negros, a LGBTfobia também seria uma pauta para o movimento, pois pessoas negras também são LGBT's (LORDE, 2009). Sendo assim, a interseccionalidade introduz uma nova concepção para tratar das desigualdades sociais no âmbito político:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem. (AKOTIRENE, 2018, p.33)

O termo foi criado pelas movimentações do feminismo negro das décadas de 70 e 80. Kimberle Crenshaw, ativista negra estadunidense, ficou conhecida por denominar as ideias sobre a interseccionalidade no seu artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics* (1989). Para Crenshaw, gênero e

raça interagem com outras categorias de diferença e, deste modo, determinam as experiências vividas por mulheres negras (RODRIGUES, 2013). A partir de contribuições teóricas de outras intelectuais negras como bell hooks, Patricia Hill Collins, o conceito se desenvolveu e articula com outros movimentos sua aplicação.

A história da criação do conceito da Interseccionalidade surge a partir das vivências de mulheres negras e o combate às lógicas de segregação brancas, eurocêntricas. Mesmo assim, o termo é capturado para reproduzir lógicas de lucro para grandes empresas, sendo assim possui seu real sentido diminuído. A autora Carla Akotirene apresenta um debate emergente em seu livro “O que é a interseccionalidade?” (2018) sobre as concepções e críticas em relação ao conceito. Para a autora, o afastamento da complexidade analítica do projeto descolonial coloca a teoria a serviço das salvacionistas ocidentais. E existem setores ágeis em tirar lucro político e simbólico das engrenagens identitárias, são mulheres cúmplices que estão querendo a fama do heroísmo (AKOTIRENE, 2018). Outro argumento crítico é apontado por Angela Davis, o apagamento das contribuições acadêmicas e não acadêmicas de mulheres negras anterior a concepção do conceito é expressivo. A autora também chama atenção para o uso da interseccionalidade para o favorecimento do neoliberalismo e no encarceramento de homens negros (AKOTIRENE, 2018).

Outro elemento fundamental para compreensão e aplicação da interseccionalidade como prática é descentralizar o conhecimento das produções europeias e dos homens cisgêneros, heterossexuais, brancos. Dessa forma, os debates atuais pós-coloniais e descoloniais solidificam a abrangência e potencialidade do conceito:

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah. (AKOTIRENE, 2018, p. 26)

No Brasil, também é possível mapear essas articulações teóricas. Uma das grandes contribuições nessa perspectiva é o artigo de Lélia Gonzalez: Racismo e Sexismo na cultura brasileira (1984). Através desse artigo, a antropóloga articula uma crítica densa e sagaz às produções de pensadores brasileiros como Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. Principalmente, em como esses intelectuais reproduziam as lógicas racistas e sexistas da sociedade brasileira. Além dessas críticas pontuais, Gonzalez também descreve alguns dos atravessamentos dessas discriminações no corpo das mulheres negras em relação aos seus papéis sociais, pois mulher negra seria naturalmente a cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta (GONZALEZ, 1984). Atualmente, temos referências como Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Djamila Ribeiro entre tantas outras mulheres negras comprometidas em analisar os fenômenos de desigualdade das classes sociais, racismo, sexismo, LGBTfobia de forma articulada e não excludente.

A interseccionalidade é uma teoria potente e transformadora. Um campo cheio de possibilidades para estudos em educação e para as aulas de sociologia. Principalmente, para pensar como

(...) gênero, raça/etnia e sexualidade (entre outros marcadores sociais) se constituem como elementos importantes na manutenção e (re)invenção dos jogos de verdade que estabelecem o que é possível ou não em termos de corpo, mas também aquilo que define ou não uma sociedade democrática. (POCAHY, 2011, p.21)

No entanto, antes de projetar essas práticas, é essencial descrever e localizar as compreensões dos marcadores sociais de raça, relações de gênero, sexualidade e classe social. Nos discursos dos professores observamos a preocupação em tratar desses temas. A retomada de aplicar a interseccionalidade com a desnaturalização e o estranhamento como uma das formas didáticas das aulas de sociologia é um dos caminhos possíveis para trabalhar em uma sala de aula com estudantes do século XXI.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tratou de temas estimados por mim no nível pessoal e acadêmico. A possibilidade de dialogar e apresentar alguns conceitos novos para

professores de sociologia aumentou minha compreensão das complexidades e parcerias possíveis com colegas de profissão.

Mesmo em tempos difíceis, os resgates históricos que compõe esse trabalho representam que as lutas e reivindicações contra os discursos hegemônicos e excludentes fazem parte da história da humanidade. Por esses motivos, a produção e reflexões sobre as práticas pedagógicas não podem paralisar em frente a esse cenário político. Que as práticas interseccionais nos acompanhe na transformação dessa conjuntura.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em: 12 de jul. 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis-RJ, Vozes, p.25-58, 2002.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 01 de mar. 2018.

BRIDI, Maria Aparecida. **Ensinar, aprender Sociologia no ensino médio.** Org. Maria Aparecida Bridi, Silvia Maria de Araújo, Benilde Lenzi Motim - 1.ed., 1ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2010.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 14, 1989.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1984.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>> Acesso em: 12 de jul. 2019.

IBGE Cidades. **Rio Grande do Sul - Panorama 2019**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/alvorada/panorama>> Acesso em: 24 de maio. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Círculo do Livro, 1960.

LOURO, G.L. (Org.). Pedagogias da sexualidade. IN: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LORDE, AUDRE. **I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MORAES, Amaury C.; GUIMARÃES, Elizabeth F. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-SOCIOLOGIA. IN: MORAES, A. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: MEC, 2010. (Capítulo 2, P. 45-62)

PEREIRA, Luiza Helena. A luta dos sociólogos pela obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. In.: MEIRELLES, Mauro. RAIZER, Leandro. PEREIRA, Luiza Helena. (Org.). **O ensino de Sociologia no RS - Repensando o lugar da Sociologia**. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf/LAVIECS, 2013. p 13- 34.

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **Revista Textura**. Canoas, n. 23, p. 18-30, jan./jun. 2011b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/984/766>>. Acesso em: 12 de jul. 2019.

RBS TV. Levantamento coloca Alvorada como uma das cidades mais violentas do país. **G1**. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/mapa-da-violencia-coloca-alvorada-como-uma-das-cidades-mais-violentas-do-pais.ghtml>> Acesso em: 14 de jul. 2019.

RODRIGUES, C. Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. IN: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis, SC. **Anais Eletrônicos**. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em 05 de maio de 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Letramento; Edição: 1ª, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Educação**. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/busca-de-escolas>> Acesso em: 22 de jun. 2019.

SILVA, Ileizi L. Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: Histórico e perspectivas. IN: MORAES, A. (Coord.). **Sociologia: ensino médio**. Brasília: MEC, 2010. (Cap. 1, p.15-44)

PAINS, Clarissa. 'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. **O GLOBO**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-dam-ares-alves-em-video-23343024>> Acesso em: 12 de jul. 2019.

PLANO DE GOVERNO DE JAIR BOLSONARO. Disponível em: <https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf> Acesso em: 14 de jul. 2019.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2009.

GARCIA, Fernanda Maria. Genocídio? A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no país. **Observatório do terceiro setor**. Disponível em:

<<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/genocidio-cada-23-minutos-um-jovem-negro-e-assassinado-no-pais/>> Acesso em: 12 de jul. 2019.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. [s.d] **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php> Acesso em: 12 de jul. 2019.

APÊNDICE 1: Questionário para conhecer melhor a identidade docente:

1 - Quais são as suas formações acadêmicas:

Graduação em: _____ Instituição: _____
 Pós-graduação em: _____ Instituição: _____

2 - Idade: _____

3 - Tempo de atuação docente: _____ Carga Horária semanal: _____

4 - Identidade de gênero:

- 1 - Mulher cis* () 5 – Homem trans ()
 2 –Mulher trans* () 6 - Não-binário [não se identifica como homem ou mulher] ()
 3 – Homem cis () 7 – Outro (_____)
 4 – Travesti () 0 – NS/NR** ()

*cis (gênero) é quem se identifica com o gênero designado no nascimento, trans (gênero) é quem não se identifica com o gênero atribuído no nascimento.

**NS: não sei; NR: não respondeu

5 - Como você declara sua Cor/Etnia:

- 1 – Branca () 4 - Indígena ()
 2 – Preta () 5 – Amarela [origem oriental] ()
 3 – Parda () 0 - NS/NR ()

6 - Como você declara a sua sexualidade/orientação sexual:

- 1 - Heterossexual () 3 - Bissexual () 0 - NS/NR ()
 2 - Homossexual () 4 - Outro (_____)

7 - Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você e dividindo pelas pessoas da casa , quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal *per capita*?

- 1-Até 1 salário mínimo (até R\$ 998,00) ()
 2 - Até 2 salários mínimos (até R\$ 1996,00) ()
 3 - Até 3 salários mínimos (até R\$ 2994,00) ()
 4- Mais de 3 até 5 salários mínimos (R\$ 2994,00 até R\$ 4990,00) ()
 5- Mais de cinco até 10 salários mínimos (R\$ 4990,00 até R\$ 9980,00) ()
 6- Outro (_____) 0 – NS/NR ()

APÊNDICE 2: Entrevista sobre a abordagem da interseccionalidade em sociologia:

1 - Você considera trabalhar com relações de gênero e sexualidade na escola importante, por quê?

2- Você acredita que trabalhar com esses temas na escola irá gerar algum conflito? Por quê?

3- Você já trabalhou com relações de gênero e sexualidade em sala de aula?

3.1 - Se não, por quê?

3.2 - A sociologia poderia abordar esse conteúdo? De que forma? Você encontrou desafios ao trabalhar com esse tema ? Quais?

3.3- Quais são os/as autores/as utilizados/as como referência?

3.4- Poderia descrever atividades realizadas relacionadas com esses temas?

4 - Você considera trabalhar com relações raciais na escola importante, por quê?

5- Você já trabalhou com relações de raciais em sala de aula?

5.1 - Se não, por quê?

5.2 - A sociologia poderia abordar esse conteúdo? De que forma? Você encontrou desafios ao trabalhar com esse tema ? Quais?

5.3- Quais são os/as autores/as utilizados/as como referência?

5.4- Poderia descrever atividades realizadas relacionadas com esses temas?

6- Você já trabalhou com classe social em sala de aula?

6.1 - Se não, por quê?

6.2 - A sociologia poderia abordar esse conteúdo? De que forma? Você encontrou desafios ao trabalhar com esse tema ? Quais?

6.3- Quais são os/as autores/as utilizados/as como referência?

6.4- Poderia descrever atividades realizadas relacionadas com esses temas?

7- Você faz conexões entre os conceitos de raça, gênero e classe social? Como?

8- Você encontra alguma dificuldade em propor/participar de projetos interdisciplinares na Escola?

9- Como você descreveria o envolvimento familiar nas práticas escolares?

10- Como você tenta/ou não convidar a participação familiar nas atividades da Escola?

APÊNDICE 3



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Através deste termo, gostaria de convidar você para participar da pesquisa intitulada provisoriamente “**Entre didáticas e resistências: interseccionalidade no ensino de Sociologia**”, realizada pela pesquisadora Camila Santos Pereira como parte de seu processo de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sob orientação da professora Luciane Uberti. A pesquisa procura responder em que medida é possível articular as discussões sobre relações de gênero, raciais e classe social no ensino de sociologia.

Se estiver de acordo, você fará uma entrevista individual e responderá um questionário. A sua identificação nesta entrevista será mantida em sigilo e a sua participação é voluntária, ou seja, não será remunerada, podendo ser interrompida em qualquer etapa do processo sem nenhum prejuízo. Você receberá uma cópia deste termo em que consta o telefone e o endereço institucional da pesquisadora, podendo tirar dúvidas sobre o estudo, agora ou em qualquer momento.³

Eu,,
 declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma.

 Assinatura do(a) Participante

Data ____/____/____

 Assinatura da Pesquisadora

³ **Contato Institucional:** Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43311 Campus do Vale, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Telefone: (51) 3308 6648. Pró-reitoria de Pesquisa: (51)3308-4085.

Contatos da pesquisadora - Email: fycamila@gmail.com - Telefones: (51) 34437292, (51) 986439653.

